

**PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI Nº 1.477  
- SP (2019/0238478-0)**

REQUERENTE : ANDRE CORREA DA ROCHA  
ADVOGADOS : LUCAS MORENO PROGIANTE - SP300411  
LUCIANO ALEXANDRO GREGORIO E OUTRO(S) -  
SP262694  
REQUERIDO : MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO  
PROCURADOR : FERNANDO LUÍS DE ALBUQUERQUE E OUTRO(S) -  
SP149932

**DECISÃO**

ANDRÉ CORREA DA ROCHA formula o presente Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei, com fundamento no art. 18, § 3º, da Lei n. 12.153/2009, com o objetivo de reformar *decisum* prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nos termos da seguinte ementa (fls. 49-50):

RECURSO INOMINADO. AÇÃO ANULATÓRIA DE AUTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO E CONSEQUENTE ANULAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA CASSAÇÃO DO DIREITO DE DIRIGIR.

Preliminar de nulidade da sentença. Julgamento antecipado do feito. Cerceamento do direito de defesa inócua. Oitiva do alegado condutor do veículo desnecessária, mormente porque há nos autos declaração dele nesse sentido.

Auto de infração. Pretensão à anulação de auto de infração ou, subsidiariamente, a transferência da pontuação pertinente ao referido auto de infração do prontuário de condutor do recorrente-autor para o suposto condutor do veículo no momento da infração, anulando-se, por conseguinte, a penalidade de cassação do direito de dirigir que lhe foi imposta.

Inadmissibilidade. Ausência de indicação do alegado infrator pelo proprietário do veículo, no prazo legal, aplica-se a disposição do artigo 257, §7º, do Código de Trânsito Brasileiro. Envio da notificação comprovada pela municipalidade e multa paga no vencimento. No caso, inadmissível a identificação do condutor no âmbito judicial, mormente quando decorrido o prazo legal e com declaração unilateral emitida dois anos após a autuação, não sendo sequer indicado o motivo de tal pessoa estar com o veículo do recorrente nessa cidade, além deste estar com seu direito de dirigir suspenso.

CASSAÇÃO DO DIREITO DE DIRIGIR. Regularidade do procedimento administrativo instaurado pelo DETRAN para cassação do direito de dirigir do recorrente. Regular a aplicação da pena prevista no artigo 263, I, do Código de Trânsito Brasileiro. Desnecessidade do estado de "flagrante" para imposição da penalidade.

Sentença de improcedência mantida pelos seus próprios fundamentos. Recurso não provido.

Nas razões do pedido de uniformização, fls. 2-20, André Correa da Rocha alega divergência jurisprudencial entre a Turma do Colégio Recursal

# Superior Tribunal de Justiça

dos Juizados Especiais Cíveis da Circunscrição Judiciária da Comarca de Catanduva/SP e a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, bem como a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, porquanto, em síntese, o juízo *a quo*, no julgamento do Recurso Inominado n. 1022650-18.2018.8.26.0576, exarou o entendimento de que passado o prazo de 15 dias para indicação do condutor, previsto no art. 257, §7º do CTB, o direito de fazê-lo posteriormente em juízo não seria possível, ante a ocorrência de preclusão de sua pretensão.

Apresentadas contrarrazões ao pedido de uniformização às fls. 168-172.

É o relatório. Decido.

Em relação ao Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei, com razão em parte o particular, visto que o entendimento firmado nesta Corte é no sentido de que o decurso do prazo previsto no art. 257, § 7º, do Código de Trânsito Brasileiro acarreta somente a preclusão administrativa, não afastando o direito de o proprietário do veículo, em sede judicial, comprovar o verdadeiro responsável pelo cometimento da infração de trânsito, sob pena de ofensa ao que dispõe o art. 5º, XXXV, da Constituição Federal.

A esse respeito, os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. ART. 1.022 DO CPC/2015. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. INDICAÇÃO DO CONDUTOR DO VEÍCULO. INÉRCIA DO PROPRIETÁRIO. COMPROVAÇÃO DO VERDADEIRO RESPONSÁVEL EM SEDE JUDICIAL. POSSIBILIDADE.

1. "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).

2. Aplica-se o óbice da Súmula 284 do STF quando a alegação de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 se faz de forma genérica, sem a indicação precisa dos vícios de que padeceria o acórdão impugnado.

3. O decurso do prazo previsto no art. 257, § 7º, do CTB acarreta somente a preclusão administrativa, não afastando o direito de o proprietário do veículo, em sede judicial, comprovar o verdadeiro responsável pelo cometimento da infração, sob pena de ofensa ao que dispõe o art. 5º, inc. XXXV, da Constituição da República.

4. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, provido para cassar o acórdão impugnado (REsp 1.774.306/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 09/05/2019, DJe 14/05/2019).

# Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ILEGITIMIDADE ATIVA DA AUTORIDADE COATORA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. APRECIÇÃO POR ESTA CORTE SUPERIOR. POSSIBILIDADE CONDICIONADA À ABERTURA DA INSTÂNCIA ESPECIAL POR OUTROS ARGUMENTOS. NECESSIDADE DE DISCUSSÃO QUE REQUER ANÁLISE DE LEI LOCAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 280 DO STF, POR ANALOGIA. NÃO-INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL VIOLADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 284 DO STF, TAMBÉM POR ANALOGIA. TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÃO IMPUTADA AO PROPRIETÁRIO EM RAZÃO DO QUE DISPÕE O ART. 257, § 7º, DO CTB. PRECLUSÃO TEMPORAL ADMINISTRATIVA. NECESSIDADE DE ANDAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. COMPROVAÇÃO, EM SEDE JUDICIAL, DE QUE O INFRATOR NÃO ERA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO. RESPONSABILIDADE DO CONDUTOR. INAFASTABILIDADE DO CONTROLE JURISDICIONAL.

(...)

9. Em segundo lugar, em relação à malversação do art. 257, § 7º, do CTB - que determina que "[n]ão sendo imediata a identificação do infrator, o proprietário do veículo terá quinze dias de prazo, após a notificação da autuação, para apresentá-lo, na forma em que dispuser o CONTRAN, ao fim do qual, não o fazendo, será considerado responsável pela infração" -, é preciso destacar que a preclusão temporal que tal dispositivo consagra é meramente administrativa.

10. Trata-se de medida instituída unicamente para frear a busca incessante pela verdade material no âmbito administrativo e compatibilizá-la com a necessidade de andamento dos procedimentos desenvolvidos pela Administração Pública - no caso, no que tange à aplicação de sanções de trânsito.

11. Obviamente, o proprietário, em sede judicial, tem direito de demonstrar que não guiava o veículo por ocasião do cometimento da infração, mesmo que tenha perdido o prazo administrativo para tanto. Entendimento diverso resultaria em descon sideração ao que dispõe o art. 5º, inc. XXXV, da Constituição da República vigente.

12. No caso dos presentes autos, o acórdão combatido consignou que "a declaração de fl. 45 comprova a ausência de responsabilidade do apelante [ora recorrido], uma vez que, por meio dela, Jorge Antônio Silva de Souza reconhece expressamente, de forma inequívoca, ser o condutor que cometeu a infração, e requer a transferência de pontuação à sua CNH" (fl. 306).

13. Assim sendo, a verdade dos fatos a que chegou o Judiciário é suficiente para afastar a presunção jurídica de autoria (e, conseqüentemente, de responsabilidade) criada na esfera administrativa.

14. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, não provido (REsp 765.970/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/09/2009, DJe 02/10/2009).

Entretanto, no caso dos autos, o Tribunal *a quo* não ficou convencido da veracidade da alegação do requerente de que outra pessoa estaria na condução de seu veículo, a uma, porque não logrou êxito em comprovar, de forma inequívoca, não ter sido notificado da lavratura do auto de infração, a duas, porque somente dois anos após a autuação procedeu à

# *Superior Tribunal de Justiça*

indicação do suposto condutor do veículo, a três, porque não esclareceu o motivo pelo qual a indicada terceira pessoa estaria na condução do veículo, sobretudo porque este estaria com o direito de dirigir suspenso, consoante os seguintes trechos extraídos do da sentença vergastada (fls. 50-51):

[...]

Quanto ao mérito, a parte autora alega que não foi intimada do auto de infração, não podendo indicar o real condutor do veículo, sustentando ainda que isso poderia ser feito no processo judicial.

No tocante à notificação, a r. sentença, acertadamente, destacou que “a jurisprudência se inclina no sentido de que basta a demonstração de que a notificação foi enviada ao endereço do cadastro do autor, o que foi comprovado pelos documentos juntados com a contestação do Município réu, não sendo necessário demonstrar o seu efetivo recebimento. Ademais, no presente caso, diante das peculiaridades do caso concreto, sobretudo tendo em vista que houve até mesmo pagamento da multa na data do vencimento com desconto (fls. 106), o que somente corrobora o recebimento da notificação da penalidade, sem nenhuma impugnação da parte quanto à ausência do recebimento da primeira notificação, prevalece a presunção de ciência tempestiva do autor do auto de infração”.

Além do mais, não convence o argumento do recorrente quanto à possibilidade da identificação do condutor no âmbito judicial, mormente porque a declaração unilateral foi emitida dois anos após a autuação, não sendo sequer indicado o motivo de tal pessoa estar com o veículo do recorrente nessa cidade, além deste estar com seu direito de dirigir suspenso, justamente pelo cometimento de outras infrações de trânsito.

Com efeito, o fato de o recorrente ser o proprietário do automóvel o torna, em princípio, autor das infrações atribuídos àquele, presunção que não cede à mera alegação de que terceiro era o condutor quando da autuação, na falta de oportuna indicação do infrator, dentre do prazo e nas condições estabelecidas em regramento perfeitamente válido, mormente porque comprovado que a notificação da autuação foi enviada e a multa foi paga no vencimento.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVII, *a*, do RI/STJ, indefiro liminarmente o Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei, tendo em vista a impossibilidade de exame de matéria fática, pelo que mantenho a decisão do Tribunal de origem no sentido da responsabilização do requerente pela infração de trânsito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator